



DIÁRIO

República Federativa do Brasil

DO CONGRESSO NACIONAL

SEÇÃO II



ANO XLIX - Nº 78

TERÇA-FEIRA, 05 DE JULHO DE 1994

BRASÍLIA - DF

SENADO FEDERAL

SUMÁRIO

1 - ATA DA 80ª SESSÃO, EM 4 DE JULHO DE 1994

1.1 - ABERTURA

1.2 - EXPEDIENTE

1.2.1 - Mensagens do Senhor Presidente da República

- Nºs 244 e 245, de 1994 (nºs 500 e 501/94, na origem, respectivamente), restituindo autógrafos de projetos de lei sancionados.

1.2.2 - Ofício do 1º Secretário da Câmara dos Deputados

- Nº 208/94, de 30 de junho último, comunicando a aprovação das Emendas do Senado ao Projeto de Lei da Câmara nº 159, de 1993 (nº 2.863/92, naquela Casa), que veda o pagamento de dividendos e de participações nos lucros, com base em saldo credor de conta de correção monetária, apurado por empresas controladas pelo Poder Público, e dá outras providências.

1.2.3 - Leitura de Projeto

- Projeto de Resolução nº 62, de 1994, de autoria do Senador Marco Maciel, que dá nova redação ao título XI do Regimento Interno do Senado Federal.

1.2.4 - Comunicações da Presidência

- Prazo para oferecimento de emendas ao Projeto de Resolução nº 62/94, lido anteriormente.

- Recebimento da Mensagem nº 246, de 1994 (nº 505/94, na origem), pela qual o Senhor Presidente da República solicita seja autorizado a assunção, pela União, de dívidas originariamente contraídas pela Empresa Brasileira de Aeronáutica - EMBRAER, até o montante de US\$ 125.052.502,25 (cento e vinte e cinco milhões, cinquenta e dois mil e quinhentos e dois dólares norte-americanos e vinte e cinco centavos), junto à Agência do Governo Canadense Export Development Corporation - EDC.

1.2.5 - Requerimentos

- Nº 534, de 1994, de autoria do Senador José Sarney, solicitando licença no dia 30 de junho de 1994, para tratamento de saúde. **Aprovado.**

- Nº 535, de 1994, de autoria do Senador José Sarney, solicitando licença para ausentar-se do País no período de 2 a 8 de julho de 1994.

1.2.6 - Ofícios

- Nº 256, de 1994, da Liderança do PT, na Câmara dos Deputados, de substituição de membro em Comissão Mista.

- Nºs 307 e 308, de 1994, da Liderança do PMDB, no Senado Federal, de substituição de membros em Comissões Mistas.

1.2.7 - Discursos do Expediente

SENADOR LOURIVAL BAPTISTA - Sucesso da visita a Sergipe do Ministro Murílio Hingel, da Educação e do Desporto, ocasião em que foram inauguradas importantes obras para o desenvolvimento do ensino naquele Estado.

SENADOR AUREO MELLO - Protestos contra permissão legal para a construção de espigões em Manaus.

SENADOR MARCO MACIEL - Projeto de Resolução nº 62, de 1994, apresentado por S.Exª na presente sessão.

SENADOR ODACIR SOARES - Projeto de Lei do Senado nº 42/94-Complementar, de sua autoria, em tramitação no Senado, que dispõe sobre o exercício do direito de greve dos servidores públicos da administração direta, autárquica, ou fundacional de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.

1.2.8 - Comunicações da Presidência (Continuação)

- Dispensa da Ordem do Dia da presente sessão, nos termos do art. 174, do Regimento Interno.

- Apreciação adiada do Requerimento nº 535/94, lido no Expediente da presente sessão, em virtude da falta de **quorum** para votação.

1.2.9 - Designação da Ordem do Dia da próxima sessão

1.3 - ENCERRAMENTO

2 - ATOS DO PRESIDENTE

Nºs 238 e 239, de 1994

3 - ATO DO DIRETOR-GERAL

Nº 80, DE 1994

4 - MESA DIRETORA

5 - LÍDERES E VICE-LÍDERES DE PARTIDOS

6 - COMPOSIÇÃO DAS COMISSÕES PERMANENTES

EXPEDIENTE
Centro Gráfico do Senado Federal

MANOEL VILELA DE MAGALHÃES
Diretor-Geral do Senado Federal
AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor Executivo
LUIZ AUGUSTO DA PAZ JÚNIOR
Diretor Administrativo
LUIZ CARLOS BASTOS
Diretor Industrial
FLORIAN AUGUSTO COUTINHO MADRUGA
Diretor Adjunto

DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL

Impresso sob responsabilidade da Mesa do Senado Federal

ASSINATURAS

Semestral _____ R\$ 23,53

Tiragem: 800 exemplares

Ata da 80ª Sessão, em 4 de julho de 1994

4ª Sessão Legislativa Ordinária, da 49ª Legislatura

Presidência do Sr. Chagas Rodrigues

ÀS 14 HORAS E 30 MINUTOS, ACHAM-SE PRESENTES OS SRS. SENADORES:

Alexandre Costa – Alfredo Campos – Chagas Rodrigues – Gerson Camata – Gilberto Miranda – Guilherme Palmeira – Jarbas Passarinho – Lourival Baptista – Marco Maciel – Maurício Corrêa – Mauro Benevides – Meira Filho – Nabor Júnior – Odacir Soares – Valmir Campelo.

O SR. PRESIDENTE (Chagas Rodrigues) – A lista de presença acusa o comparecimento de 15 Srs. Senadores. Havendo número regimental, declaro aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

O Sr. 1º Secretário procederá à leitura do Expediente.

É lido o seguinte

EXPEDIENTE

MENSAGENS DO PRESIDENTE DA REPÚBLICA

Restituindo autógrafos de projetos de lei sancionados:

Nº 244, de 1994 (nº 500/94, na origem), de 30 de junho último, referente ao Projeto de Lei Câmara nº 111, de 1994 (nº 4.639/94, naquela Casa), que dispõe sobre o benefício do seguro-desemprego, altera dispositivo da Lei nº 7.998, de 11 de janeiro de 1990, e dá outras providências, sancionado e transformado na Lei nº 8.900, de 30 de junho de 1994; e

Nº 245, de 1994 (nº 501/94, na origem), de 30 de junho último, referente ao Projeto de Lei da Câmara nº 4, de 1994 (nº 1.026/91, naquela Casa), que regulamenta o disposto no § 2º do art. 176 da Constituição Federal e altera dispositivos do Decreto-Lei nº 227, de 28 de fevereiro de 1967 – Código de Mineração, adaptando-o às normas vigentes, sancionado e transformado na Lei nº 8.901, de 30 de junho de 1994.

OFÍCIO

DO PRIMEIRO SECRETÁRIO DA

CÂMARA DOS DEPUTADOS

Nº 208/94, de 30 de junho último, comunicando a aprovação das emendas do Senado ao Projeto de Lei da Câmara nº 159, de 1993 (nº 2.863/92, naquela Casa), que veda o pagamento de di-

videndos e de participações nos lucros, com base em saldo credor de contar de correção monetária, apurado por empresas controladas pelo Poder Público, e dá outras providências.

(Projeto enviado à sanção em 30-6-94)

O SR. PRESIDENTE (Chagas Rodrigues) – O Expediente lido vai à publicação.

O SR. PRESIDENTE (Chagas Rodrigues) – Sobre mesa, projeto de resolução que será lido pelo Sr. 1º Secretário.

É lido o seguinte

PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 62, DE 1994

Dá nova redação ao título XI do Regimento Interno do Senado Federal.

O Senado Federal resolve:

Art. 1º O título XI (arts. 397 a 400) do Regimento Interno do Senado Federal passa a vigorar com a seguinte redação:

"Título XI

DO COMPARECIMENTO DE AUTORIDADES

PREVISTO NO ART. 50 DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL.

Art. 397 O Ministro de Estado ou titular de órgão diretamente subordinado à Presidência da República comparecerá perante o Senado, por deliberação do Plenário, mediante requerimento de qualquer Senador ou Comissão, para prestar, pessoalmente, informações sobre assunto previamente determinado (Const., art. 50, **caput**).

§ 1º O Ministro de Estado poderá também comparecer ao Senado Federal ou a qualquer de suas Comissões por sua iniciativa e mediante entendimento com a Mesa respectiva, para expor assunto de relevância de seu Ministério. (Const., art. 50, § 1º).

§ 2º O Ministro de Estado ou titular de órgão diretamente subordinado à Presidência da República comparecerá, ainda, perante comissão, quando por ela convocado, para prestar as informações referidas no **caput** deste artigo (Const., art. 50, **caput**).

§ 3º Sempre que as autoridades referidas no **caput** deste artigo prepararem exposições, por escrito, deverão encaminhar o seu texto ao Presidente do Senado, com antecedência mínima de três dias, para prévio conhecimento dos Senadores.

Art. 398 Quando houver comparecimento de autoridade do Poder Executivo referidas no artigo anterior, perante o Senado Federal, adotar-se-ão as seguintes normas:

I) nos casos do **caput** do artigo anterior, a Presidência oficialará à autoridade, dando-lhe conhecimento da convocação e da lista das informações desejadas, a fim de que declare quando comparecerá ao Senado, no prazo que lhe estipular, não superior a trinta dias;

II) nos casos do § 1º do artigo anterior, a Presidência comunicará ao Plenário o dia e a hora que marcar para o comparecimento; se, entretanto, o Ministro de Estado desejar falar ao Senado no mesmo dia em que o solicitar, ser-lhe-á assegurada a oportunidade após as deliberações da Ordem do dia;

III) no plenário, a autoridade ocupará o lugar que a Presidência lhe indicar;

IV) será assegurado o uso da palavra à autoridade na oportunidade combinada, sem embargo das inscrições existentes;

V) a sessão em que comparecer a autoridade será destinada exclusivamente ao cumprimento dessa finalidade;

VI) se o tempo normal da sessão não permitir que se conclua a exposição da autoridade, com a correspondente fase de interações, será ela prorrogada ou se designará outra sessão para esse fim;

VII) a autoridade ficará subordinada às normas estabelecidas para o uso da palavra pelos Senadores;

VIII) a autoridade só poderá ser apartada na fase das interações, desde que o permita;

IX) terminada a exposição da autoridade, que terá a duração de meia hora, abrir-se-á a fase de interações, pelos Senadores inscritos, dentro do assunto tratado, dispondo o interelante de cinco minutos, assegurados igual prazo para a resposta do interelado, após o que poderá este ser contraditado pelo prazo máximo de dois minutos, concedendo-se à autoridade o mesmo tempo para a réplica;

X) a palavra aos Senadores será concedida na ordem de inscrição, intercalando-se oradores de cada partido;

XI) à autoridade é lícito fazer-se acompanhar de assessores, aos quais a Presidência designará lugares próximos só que ela deva ocupar, não lhes sendo permitido interferir nos debates.

Art. 399 Na hipótese de não ser atendida convocação feita de acordo com o disposto no art. 397, **caput**, o Presidente do Senado promoverá a instauração do procedimento legal cabível ao caso.

Art. 400 O disposto nos artigos anteriores aplica-se, no que couber, aos casos de comparecimento das autoridades de que trata este título a reunião de comissão."

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Justificação

O presente Projeto de Resolução objetiva adequar o Regimento interno do Senado ao novo texto do art. 50 da Constituição Federal.

Como é sabido, a Emenda Constitucional de Revisão nº 2, de 1994, recém promulgada, alterou o art. 50 da Lei Magna. Com a nova redação do **caput** do referido artigo pretende-se deixar explícito que, além de Ministro de Estado, qualquer titular de órgão diretamente subordinado à Presidência da República pode ser convocado pelo Senado Federal, pela Câmara dos Deputados ou por qualquer de suas comissões, para prestar, pessoalmente, informações sobre assunto previamente determinado, importando em crime de responsabilidade a ausência sem justificação adequada.

Ocorre que se impõe, agora, alterar o Título XI da Carta regimental do Senado para que o dispositivo constitucional em tela possa ter efetiva aplicação no âmbito desta Casa.

Nesse sentido, solicitamos o apoio dos nobres colegas para a aprovação da proposição ora justificada, tendo em vista a relevância da matéria nela tratada.

Sala das Sessões, 4 de julho de 1994. Senador **Marco Maciel**.

O SR. PRESIDENTE (Chagas Rodrigues) – O Projeto de Resolução nº 62, de 1994, que acaba de ser lido, ficará sobre a Mesa durante cinco sessões ordinárias, a fim de receber emendas, nos termos do harto. 401, § 1º, do Regimento Interno.

O SR. PRESIDENTE (Chagas Rodrigues) – A Presidência recebeu a Mensagem nº 246, de 1994 (nº 505/94, na origem), de 1º do corrente, pela qual o Senhor Presidente da República, nos termos do harto. 52, inciso V, da Constituição Federal, solicita seja autorizada a assunção, pela União, de dívidas originariamente contraídas pela Empresa Brasileira de Aeronáutica – EMBRAER, até o montante de US\$ 125,052,502.25 (cento e vinte e cinco milhões, cinquenta e dois mil, quinhentos e dois dólares norte-americanos e vinte e cinco centavos), junto à Agência do governo canadense **Export Development Corporation – EDC**.

A matéria será despachada à Comissão de Assuntos Econômicos.

O SR. PRESIDENTE (Chagas Rodrigues) – Sobre a mesa, requerimento que será lido pelo Sr. 1º Secretário.

É lido o seguinte

REQUERIMENTO Nº 534, DE 1994

Senhor Presidente,

Nos termos do artigo 43, inciso I do Regimento Interno do Senado Federal, venho requerer licença dos trabalhos da Casa nos dias 21 a 30 de junho do corrente para tratamento de saúde, conforme atestado médico em anexo. – Senador **José Sarney**

O SR. PRESIDENTE (Chagas Rodrigues) – O requerimento está devidamente instruído com o atestado médico previsto no harto. 43, I, do Regimento Interno.

Em votação o requerimento.

Os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa)

Aprovado.

Aprovado o requerimento, fica concedida a licença solicitada.

O SR. PRESIDENTE (Chagas Rodrigues) – Sobre a mesa, requerimento que será lido pelo Sr. 1º Secretário.

É lido o seguinte

REQUERIMENTO Nº 535, DE 1994

Senhor Presidente,

Tendo sido convidado especial a participar da Segunda Conferência Internacional das Democracias Novas e Restauradas a realizar-se em Manágua – Nicarágua, peço a V. Exª, na forma do art. 40, § 1º, para comparecer ao referido evento e autorizar minha ausência do País no período de 2 a 8 do corrente.

Sala das Sessões, 4 de julho de 1994. – Senador **José Sarney**.
Nº P-2741-89-4-94

Manágua, 20 de abril de 1994.

Excelência:

Como es de su conocimiento, nuestro país está organizando la Segunda Conferência Internacional de las Democracias Nuevas o Restauradas, la cual habrá de celebrarse en Managua, del 1 al 7 de julio de 1994.

El gobierno de Nicaragua asigna especial importancia al intercambio de experiencias y al fortalecimiento de los vínculos entre aquellos países en que se ha restaurado la democracia o la misma ha surgido por primera vez, como resultado de significativos esfuerzos de nuestros pueblos y de los dramáticos cambios que a nivel mundial se han producido en los últimos años.

Nicaragua es un país firmemente comprometido con la democracia y, dentro de ella, con la institucionalización de mecanismos efectivos de diálogo, reconciliación y concertación nacionales, y con la plena vigencia de las libertades y derechos fundamentales de la persona humana.

Reconociendo su extraordinaria contribución a la democracia en su país y su firme compromiso con el desarrollo de los derechos civiles, políticos, económicos y sociales en el mundo, en nombre del gobierno de Nicaragua y en el mío propio, tengo el gusto de invitarle para que participe, como Invitado Especial, en esta histórica Conferencia que se celebrará en nuestro país.

El Comité Organizador de esta Segunda Conferência requiere de una ponencia por escrito de cada Invitado Especial, con el fin de aportar su experiencia particular a la discusión sobre la evolución de la transición democrática en el mundo.

A través del Ministro de Relaciones Exteriores de Nicaragua, Don Ernesto Leal Sánchez, estaré haciéndole llegar la información necesaria para asegurar su asistencia a tan importante reunión.

Espero que nos honre con su presencia para tener el gusto de saludarlo personalmente en Managua, en las fechas antes mencionadas.

Permítame hacer propicia esta oportunidad para expresarle las muestras de mi más alta y distinguida consideración. – **Violeta Barrios de Chamorro**, Presidente de Nicaragua.

O SR. PRESIDENTE (Chagas Rodrigues) – O requerimento lido será remetido à Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, devendo ser apreciado após a Ordem do Dia, nos termos do § 3º do art. 40 do Regimento Interno.

Sobre a mesa, ofícios que serão lidos pelo Sr. 1º Secretário.

São lidos os seguintes

Ofício nº 256/PT

Brasília, 30 de junho de 1994.

Senhor Presidente,

Solicito a Vossa Excelência a substituição do Deputado Paulo Rocha, pelo Deputado Chico Vigilante como Titular da Comissão Mista de Orçamento.

Aproveito para renovar a Vossa Excelência protestos da mais alta estima e elevada consideração. – Deputado **José Fortunati**, Líder do PT.

OF.Nº 307-GLPMDB

Brasília, 4 de julho de 1994.

Senhor Presidente,

Tenho a honra de dirigir-me a Vossa Excelência para indicar o Senador Amir Lando, em substituição ao Senador Gilberto Miranda, para integrar a Comissão Mista incumbida de examinar a Medida Provisória nº 539, de 29 de julho de 1994, que "dispõe so-

bre a criação dos cargos em comissão que menciona".

Aproveito a oportunidade para renovar a Vossa Excelência protestos de alta estima e consideração. – Senador **Mauro Benevides**, Líder do PMDB.

OF. Nº 308/94-GLPMDB

Brasília, 4 de julho de 1994.

Senhor Presidente,

Tenho a honra de dirigir-me a Vossa Excelência para indicar o Senador Cid Sabóia de Carvalho, em substituição ao Senador Amir Lando, para integrar a Comissão Mista incumbida de examinar a Medida Provisória nº 541, de 29 de junho de 1994, que "autoriza o Poder Executivo a abrir ao Orçamento da Seguridade Social da União, em favor do Ministério da Integração Regional, crédito extraordinário no valor de CR\$11.000.000.000,00, para fins que especifica".

Aproveito a oportunidade para renovar a Vossa Excelência protestos de alta estima e consideração. – Senador **Mauro Benevides**, Líder do PMDB.

O SR. PRESIDENTE (Chagas Rodrigues) – Serão feitas as substituições solicitadas.

Passa-se à lista de oradores.

Concedo a palavra ao nobre Senador Lourival Baptista.

O SR. LOURIVAL BAPTISTA (PFL – SE. Pronuncia o seguinte discurso.) – Sr. Presidente, Sr^s e Srs. Senadores, uso a tribuna, nesta oportunidade, para registrar uma importante visita que o Estado de Sergipe recebeu nos dias 27 e 28 de junho último, e que deixou um saldo positivo da ação e do apoio do Governo ao nosso Estado.

Sergipe recebeu a honrosa visita do Ministro Murílio Avelar Hingel, da Educação. Na ocasião, foi inaugurada a Escola Técnica Federal de Lagarto, no interior do Estado, o Colégio de Aplicação da Universidade Federal de Sergipe, com capacidade para 1.500 alunos e, ainda na sede da nossa Universidade, assinou convênios que destinarão recursos a 37 prefeituras municipais, o que representa beneficiar metade dos Municípios de Sergipe.

Numa segunda etapa, esse convênio, que tem a cooperação técnica da Universidade Federal do Sergipe e da Delegacia do MEC no Estado, atenderá a mais 15 prefeituras.

Em Sergipe, o Ministro Murílio Hingel, acompanhado de prestigiosa comitiva, em companhia do Governador João Alves Filho, ainda visitou as obras do novo Colégio de 1º e 2º Graus Dom Luciano Cabral Duarte e do Centro de Convenções e Exposições do Estado, onde também haverá um teatro com capacidade para 1.300 lugares.

Durante sua visita à Assembléia Legislativa de Sergipe, considerando os relevantes serviços que o Ministro Murílio Hingel tem prestado ao País e, particularmente, a Sergipe, onde já esteve anteriormente, foi-lhe concedido, em sessão de homenagem, o título de "Cidadão Honorário Sergipano", a mais elevada distinção honorífica que o nosso Estado pode conceder a um visitante ilustre.

O Ministro da Educação, dentro das metas prioritárias do Governo Federal, vem cumprindo, passo a passo, a filosofia e as diretrizes do seu Plano Decenal de Educação para Todos, visando o período de 1993 a 2003, conforme pode verificar no texto que me foi enviado por S. Ex^a, datado de 30 de novembro de 1993, em cuja apresentação S. Ex^a comenta que aquele plano foi resultado de um amplo trabalho de consolidação e sintonia com os planos decenais dos Estados e Municípios e intenso debate com representantes dos mais diversos segmentos da sociedade brasileira.

Sr. Presidente, tendo recepcionado, juntamente com o Governador João Alves Filho, o Senador Albano Franco, o Reitor da

Universidade Federal de Sergipe, Prof. Luís Hermínio Aguiar, o Vice-Governador, José Carlos Teixeira, o Secretário de Educação do Estado, Dr. Dilson Menezes Barreto, e a Delegada do Ministério da Educação em Sergipe, Profª Malba Villas Boas, entre outras autoridades, a comitiva do Ministro, pode sentir que existe um novo ânimo na condução do ensino e da educação em nosso País.

Desta tribuna, Sr. Presidente, quero enviar ao Ministro Murílio Hingel os meus cumprimentos e as minhas congratulações pelo sucesso da sua visita ao nosso Estado e pela impressão animadora e positiva que transmitiu ao setor educacional em nosso Estado.

Finalizando, peço a transcrição, com o meu pronunciamento, da notícia sobre o evento, conforme publicada na imprensa local: "Ministro e Governo assinam convênio" e "Ministro fica satisfeito com obras do novo colégio", no *Jornal da Manhã*; e "Colégio de Aplicação é inaugurado", na *Gazeta de Sergipe*, edição de 29 de junho de 1994.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente. Muito obrigado.

**DOCUMENTOS A QUE SE REFERE O SR.
LOURIVAL BAPTISTA EM SEU PRONUNCIAMENTO:**

Jornal da Manhã, 29 de junho de 1994

**MINISTRO E GOVERNO ASSINAM CONVÊNIO
COLÉGIO DE APLICAÇÃO DA UFS É INAUGURADO
E CONVÊNIO COM PREFEITURAS É ASSINADO**

O governador João Filho participou ontem pela manhã, no auditório da Reitoria da UFS, da solenidade de assinaturas de convênio que destinará verbas para 37 prefeituras municipais de Sergipe. Os recursos, no valor de 2,660 URV, serão repassados pelo Ministério da Educação. O convênio, que na segunda etapa beneficiará outras 15 prefeituras, teve a participação da Universidade Federal de Sergipe – UFS, da Delegacia do Ministério da Educação em Sergipe e das prefeituras beneficiadas. Além do Ministro da Educação, Murílio Hingel, participaram da solenidade o Reitor da UFS, Luís Hermínio Aguiar, o vice-governador José Carlos Teixeira, o Secretário da Educação do Estado, Dilson Menezes Barreto, presidente da CNI, senador Albano Franco, a Delegacia do MEC-SE, Malba Villas Boas, o senador Lourival Baptista, deputados estaduais e federais, prefeitos e secretários municipais conveniados, entre outros presentes.

Os recursos, fruto do convênio, se destinarão para reformas de escolas, capacitação de professores, aquisição de material didático e equipamentos e ampliação e construção de novas unidades escolares. Na solenidade de assinatura, o Ministro Murílio Hingel disse que as universidades têm muito o que fazer pela sociedade, principalmente no campo social. Sobre os recursos liderados pelo seu ministério, Hingel destacou o papel das prefeituras na melhoria da qualidade de ensino, enfatizando que houve um crescimento da oferta de vagas nas escolas públicas. "Nossa escola não é pouco produtiva, caracterizada pela evasão. Precisamos melhorar esses aspectos comprometedores, mas temos melhorado a qualidade do ensino básico".

"É importante a vinda do Ministro da Educação a Sergipe, trazendo recursos que beneficiarão metade dos municípios sergipanos num momento de dificuldades para as prefeituras municipais", afirmou o governador João Alves Filho, que taxou de 'oportuna' a presença de Hingel em Sergipe. Em seu discurso, o governador sergipano destacou a redução do número de alunos não-matriculados nas escolas públicas estaduais. "O Governo do Estado, através de uma política educacional totalmente voltada para atender a demanda crescente, aumentou em 43 por cento a oferta de vagas nas escolas sergipanas", concluiu.

As prefeituras que integraram o convênio, cerca de 37, são parte da primeira remessa. O restante das prefeituras, que ainda têm seus projetos em Brasília sendo analisados pelo MEC, deverão receber em breve a segunda parcela dos recursos.

Na visita que fez a Sergipe, Murílio Hingel inaugurou o Colégio de Aplicação da Universidade Federal de Sergipe – CODAP. Orçado em CR\$ 200 milhões, o Colégio de Aplicação possui capacidade para 1.500 alunos, sendo composto de biblioteca, auditório, videoteca e um ginásio de esportes. O Ministro da Educação seguiu ontem à tarde para Brasília.

Jornal da Manhã, 29 de junho de 1994

**MINISTRO FICA SATISFEITO
COM OBRAS DO NOVO COLÉGIO**

O ministro da Educação Murílio Hingel, ficou bastante entusiasmado com as obras do novo colégio de primeiro e segundo graus Dom Luciano Cabral Duarte e do Centro de Convenções e Exposição de Sergipe, que o Governo do Estado vem executando. ele achou muito bonita a perspectiva da escola, além de fundamental importância para atender a grande demanda que existe de vagas nas escolas públicas.

Sobre o Centro de Convenções que vai abrigar um teatro com 1.300 lugares, o ministro achou a obra bastante arrojada e considerou o novo teatro em condições de disputar com os melhores teatros do país. Murílio Hingel conheceu essas obras que estão sendo construídas pelo Governo do Estado, em Aracaju, na noite da última segunda-feira, acompanhado do governador João Alves Filho e de secretários de Estado. A nova escola estadual está instalada na rua Itabaiana, exatamente para atender aos estudantes que trabalham no centro da cidade e precisam estudar à noite. Ela tem três andares, sendo que no último abrigará auditório, biblioteca, laboratório, ginásio de esportes e sala de estudo. Os dois primeiros andares são destinados às 30 salas de aula. Orçada em um milhão de dólares, o ministro achou o custo da obra muito barato, considerado pelo governador um elogio, já que ele é um perserguidor dos preços baixos.

O Centro de Convenções, que abrigará o teatro "Tobias Barreto", vai contar com um mini-auditório para realização de seminários e palestras, além de um vasto espaço para exposições. O ministro Murílio Hingel lembrou inclusive, que como o Governo de Sergipe tem no turismo um dos pontos fundamentais da sua administração, não poderia deixar de ter um espaço reservado para o turismo de negócios, seguimento da economia que vem crescendo bastante nos últimos tempos.

GAZETA DE SERGIPE, 29 de junho de 1994

COLÉGIO DE APLICAÇÃO É INAUGURADO

O ministro da Educação, Murílio Hingel, inaugurou ontem o novo Colégio Aplicação de Universidade Federal de Sergipe. O colégio, que representou investimentos da ordem de CR\$ 200 milhões, tem capacidade para 1.500 alunos. Ainda ontem, o ministro também participou, no auditório da UFS, da solenidade de assinatura de convênios com várias prefeituras municipais do Estado, cujos recursos serão destinados à reforma de escolas, capacitação de professores, aquisição de material didático e equipamentos, além da construção e ampliação de novas unidades escolares.

O SR. PRESIDENTE (Chagas Rodrigues) – Concedo a palavra ao nobre Senador Marco Maciel.

O SR. MARCO MACIEL – Sr. Presidente, peço a V. Exª que permuta a minha inscrição com a do Senador Aureo Mello.

O SR. PRESIDENTE (Chagas Rodrigues) – Pois não, Senador.

Concedo a palavra ao nobre Senador Aureo Mello.

O SR. AUREO MELLO (PRN-AM. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, agradeço, mais uma vez, a tradicional elegância do nosso querido Senador Marco Maciel, sempre gentil e pronto a ser amigo dos seus Colegas.

O assunto que abordo, em rápidas palavras – até porque, com o jogo de futebol, estamos com os nervos acelerados – refere-se à prática que uma malfadada lei municipal do Amazonas estabeleceu para ser posta como uma realidade em Manaus, que é a criação de espigões inmensuráveis para residência.

A Lei Abtibol, assim chamada porque recebeu o nome do vereador que a criou, é tão estapafúrdia que não tem o menor sentido em relação à capital amazonense, onde se concentra 70% da população do meu Estado. É uma lei que não combina, de maneira alguma, com o quentíssimo clima daquela região. Ao mesmo tempo, não se justifica em virtude das vastas áreas que existem para a construção de residências, que permitiriam a todos os moradores viverem em condições mais consentâneas com o determinismo e a situação geográfica daquela região.

A idéia que teve certo Senador amazonense foi que os espigões a serem criados em Manaus mereciam ser implodidos, porque, em uma cidade eminentemente equatorial, com um calor desmesurado, amontoar pessoas de baixo para cima e de cima para baixo, nesses poleiros que são os espigões, é um despropósito.

Sr. Presidente, como Representante daquele Estado, lanço daqui o meu protesto contra essa situação e agradeço a V. Ex^a pela sua atenção.

O jornal *A Crítica*, de Manaus, comentou o assunto desta maneira:

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. AUREO MELLO EM SEU PRONUNCIAMENTO:

Manaus, Sábado, 2 de julho de 1994

PARA ALÉM DA HISTÓRIA

As discussões decorrentes da aprovação da que já vem sendo chamada "Lei Abtibol", pela Câmara Municipal de Manaus, deixa transparentes os objetivos que substituem a defesa dos interesses coletivos. Frequentemente, a análise dos problemas ou a formulação de propostas deixa de considerar os aspectos mais intimamente vinculados à qualidade de vida dos cidadãos em geral.

O que se observa, então, é a preocupação exclusiva com aspectos que, embora importantes, não esgotam todo o elenco de interesse em jogo.

Nada mais natural que levar em conta os problemas causados pelo desemprego e a necessidade de o poder público enfrentá-lo; também seria injusto ignorar a legitimidade dos setores econômicos diretamente envolvidos nas questões, mormente quando tais setores têm condições de concorrer para a mitigação de problemas recorrentes.

O que não é aconselhável, porém, é a abordagem vesga, que só faz crescer o sentimento de orfandade em que se encontra a população. Expulsa de antigas áreas, em decorrência da especulação imobiliária, parte considerável dos habitantes de Manaus viu crescerem suas dificuldades; obrigados a morar na periferia, além de conviver com riscos alheios a alguns poucos locais de onde provieram, esses habitantes ainda têm a prejudicá-los a demanda de tempo excessiva para deslocar-se de sua habitação até o trabalho.

A tudo isso tem correspondido o erguimento de prédios verticais, que representam sobretudo economia de meios cujo repasse aos adquirentes de unidades residenciais ainda está por ser comprovado.

Não é só no Amazonas ou apenas em Manaus que a construção de espigões em geral acarreta mais problemas que soluções. Desde as dificuldades de estacionamento de veículos, até aspectos sanitários, a realidade é que as anunciadas vantagens de residir em tais condições não correspondem exatamente aos benefícios prometidos.

A esses problemas, entretanto, não de ser acrescentados outros, um dos quais parece vir constituindo a tônica das discussões em torno da lei aprovada e ainda não posta em vigor. É claro que o respeito à história da cidade deve sensibilizar e mobilizar todos os que têm efetivas raízes aqui. Mas não é apenas esse o aspecto que conta. Mais que isso, até mesmo porque abrangente, é a qualidade de vida dos habitantes.

Embora durante certa época a classe média se sentisse gratificada por trocar uma casa térrea por apartamento de um espigão, hoje parece restar apenas o argumento da segurança para o sentimento de gratificação. Tantas e variadas têm sido as dificuldades enfrentadas pelos moradores de apartamentos, que nem mesmo o recente tremor de terra havido em Manaus parece ter acrescentado algo à situação.

O que causa espanto é o fato de que ainda há enormes áreas desocupadas, sem que sobre elas se voltem as atenções dos interessados. Daí a insistência com que se pretende franquear toda a cidade às construções altas, respeitados apenas os sítios dados como historicamente interessantes.

É bom que a "Lei Abtibol" não entre em vigor, senão após exaustivos debates de que a sociedade participe e no qual estejam presentes, além dos meramente históricos, outros aspectos igualmente importantes. Quem sabe até deva preceder a vigência de qualquer lei a que está em discussão ou outra, que puder melhorá-la – um novo plano diretor?

Só assim a questão poderá esgotar-se, sem prejuízos irreversíveis para a maioria.

O SR. PRESIDENTE (Chagas Rodrigues) – Concedo a palavra ao nobre Senador Marco Maciel.

O SR. MARCO MACIEL (PFL-PE. Pronuncia o seguinte discurso.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, serei extremamente breve nesta minha manifestação, na tarde de hoje, no Senado Federal.

Desejo mencionar que encaminhei hoje à Mesa, para consideração dos ilustres Pares, projeto de reforma do Regimento Interno, que tem o objetivo de dar eficácia plena à chamada Emenda Constitucional de Revisão nº 2.

Como sabem V. Ex^{as}, Sr. Presidente, Srs. Senadores, a referida Emenda trata da possibilidade de convocação, a exemplo do que já ocorre com os Ministros de Estado, de titulares de órgãos vinculados à Presidência da República.

Na realidade, esse dispositivo foi um dos poucos pontos aprovados na Revisão Constitucional, que se encerrou, infelizmente, de forma melancólica.

Todavia, ninguém pode deixar de reconhecer que, em que pese a Revisão Constitucional não ter atingido os seus objetivos como todos esperávamos, ela conseguiu aprovar seis emendas. Dentre elas, gostaria de me referir à Emenda Constitucional de Revisão nº 2, que amplia o poder de fiscalização do Congresso Nacional quando permite que, além dos Ministros de Estado, sejam também passíveis de convocação os titulares de órgãos diretamente subordinados à Presidência da República.

Hoje, tomei a iniciativa, através de projeto de resolução, de buscar dar eficácia plena a esse dispositivo, regulamentando-o no Regimento Interno da Casa.

Creio, Sr. Presidente, que por esse caminho podemos não somente regulamentar esse dispositivo constitucional, mas tam-

bém criar condições para que possamos ter, quem sabe, nos próximos dias, aqui entre nós, os dirigentes do CONSEA – Conselho Nacional de Segurança Alimentar da Presidência da República. Este Conselho acabou de fazer uma análise das questões ligadas à mortalidade infantil no Brasil e, de um modo especial, no Nordeste. Para tristeza nossa, ficou muito evidente que, nos últimos anos, agravou-se ainda mais o quadro da letalidade infantil em nosso País e, de modo particular, como fiz questão de mencionar, na região nordestina. Os números são assustadores, conforme, aliás, bem o demonstram as pesquisas realizadas por orientação da CNBB.

O Conselho de Segurança Alimentar, que é presidido por Dom Mauro Morelli e tem como secretário o sociólogo Herbert José de Souza, o Betinho, ofereceu ao Presidente da República uma série de alternativas, com vistas a fazer com que a questão da mortalidade infantil seja enfrentada.

Tive, pois, a iniciativa, Sr. Presidente, de propor a esta Casa – e espero que esta semana seja aprovado – requerimento para que sejam convocados para prestar depoimentos aqui no Senado Federal tanto o Bispo Dom Mauro Morelli quanto o Dr. Herbert José de Souza, o Betinho, para que ofereçam, de viva voz, aqui, esclarecimentos sobre essa questão, tão aguda e importante para o nosso País, e para que também dêem notícias de providências que estão sugerindo ao Presidente Itamar Franco.

Sei, pela leitura de jornais, que o Presidente Itamar Franco já autorizou o Ministério do Planejamento, através de seu titular e nosso colega, Senador Beni Veras, a adotar algumas providências para minimizar o quadro que as pesquisas constataram. Mas, parece-me que são providências ainda tímidas e que se resumem, basicamente, à liberação de recursos para a merenda escolar e para a área de saúde, sobretudo para a melhoria da dieta alimentar, inclusive de nutrientes e de gestantes.

Sr. Presidente, essas providências, se bem que necessárias, ainda são, a meu ver, extremamente insuficientes. Daí por que espero que possamos ter, dentro em breve, um debate nesta Casa sobre tão momentosa questão.

Por fim, devo também dizer, Sr. Presidente, que considero importante a presença dessas autoridades do CONSEA aqui no plenário, por ser essa uma forma de fazer com que o Senado e, por que não dizer, o Congresso Nacional se engaje nessa luta, que é de toda a sociedade brasileira, para melhorar as condições sociais do nosso povo.

É bom salientar que o quadro recessivo, de alguma forma, agravou as carências sociais de nossa gente. E esse quadro recessivo tinha, naturalmente, uma causa bem conhecida, que eram as altas taxas de inflação que estávamos conhecendo em nosso País. Acredito que agora, graças ao Plano Real e ao início de sua terceira etapa, através da introdução de uma nova moeda, consigamos jugular, conter o processo inflacionário e, assim, criar condições indispensáveis, para retomarmos o processo de crescimento e fazê-lo de forma mais justa, porque ninguém pode deixar de reconhecer que a inflação, além de provocar o empobrecimento, traz como consequência também uma enorme concentração de renda.

O Brasil – já que estamos nesta época de Copa do Mundo é importante lembrar – foi, no ano passado, de acordo com o PNUD, o vice-campeão mundial em concentração de renda. Só não fomos os campeões mundiais em concentração de renda, de acordo com os dados oferecidos pelo PNUD, da ONU, porque um país da África Central, a Botsuana, conseguiu ter uma taxa mais elevada do que a nossa.

Acredito também que, à proporção que a inflação seja efetivamente contida, conseguiremos criar condições de investir mais no campo social, melhorando, portanto, a condição de vida do nos-

so povo, sobretudo a dos excluídos – que, segundo o IBGE, são 32 milhões de brasileiros – e criar condições para que tenhamos um processo de desenvolvimento mais justo.

Temos um PIB relativamente elevado, mas quando observamos os níveis de satisfação das demandas sociais em nosso País verificamos que as condições de vida de nosso povo são extremamente precárias. Daí por que não basta crescer; é fundamental crescer de forma hígida, saudável, ou seja, de forma que toda sociedade participe desse processo. Essa a razão por que é importante ter um crescimento sem inflação, um pressuposto para que o País venha a atender as grandes demandas sociais nos campos da educação, saúde, previdência, transporte coletivo, segurança individual e coletiva, habitação popular etc.

Por fim, Sr. Presidente, espero que a proposição que acabo de apresentar à consideração desta Casa seja rapidamente aprovada e também, muito brevemente, o requerimento que encaminhei semana passada, solicitando o comparecimento a esta Casa de Dom Mauro Morelli e do sociólogo Herbert de Souza, para que possamos fazer um grande debate sobre a questão social, mormente sobre problemas relativos à elevação das taxas de mortalidade infantil, cujo quadro é sobretudo grave no Nordeste do País. E como sou representante, no Senado, de um Estado nordestino, Pernambuco, penso que não posso ficar indiferente a essas questões.

E vou mais além, Sr. Presidente, penso também que é fundamental que o Governo Federal, através do CONSEA, convoque a SUDENE, para participar desse debate, pois considero que não se pode pensar em políticas para a região nordestina sem que a SUDENE, cujo novo Superintendente, General Nilton Moreira Rodrigues, está realizando uma competente administração, seja mobilizada.

Nos seus mais de 30 anos de existência, essa Superintendência tem contribuído muito para a identificação dos problemas do Nordeste e para a sua solução. Portanto, considero extremamente importante a sua convocação pelo CONSEA, para trazer não somente o conhecimento que tem sobre a questão nordestina, mas também para que possa colaborar na execução de medidas que se impõem e que são indispensáveis, no meu ponto de vista, para que melhoremos a condição de vida do nosso povo e, de modo especial, das crianças do nosso Nordeste.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Chagas Rodrigues) – Concedo a palavra ao nobre Senador Odacir Soares.

O SR. ODACIR SOARES (PFL-RO. Pronuncia o seguinte discurso.) – Sr. Presidente, Sr.s e Srs. Senadores, acredito ser do conhecimento de V. Ex.s minha habitual adesão às boas causas defendidas pela respeitável classe dos servidores públicos.

A ninguém, portanto, terá surpreendido o grande interesse com que acompanhei a luta dos agentes da Polícia Federal, a dos servidores da Previdência Social e da Receita Federal, no exercício de seu "suposto" direito ao exercício da greve.

Digo suposto direito, porque foi no decorrer desse movimento que todos fomos surpreendidos e alertados por uma decisão do Supremo Tribunal Federal que considera ilegais as greves na Administração Pública, enquanto não for regulamentado o item VII do art. 37 da Constituição.

Reza, com efeito, o citado dispositivo constitucional, textualmente que "o direito de greve será exercido nos termos e nos limites definidos em Lei Complementar."

Desde então, incluí na minha agenda parlamentar, como tarefa urgente e prioritária, a elaboração do reclamado Projeto de Lei Complementar.

Hoje, posso adiantar, Sr. Presidente, que a tarefa a que me propus pode ser dada como cumprida, de vez que desde o dia 15

do corrente, tramita no Congresso Nacional o Projeto de Lei Complementar nº 42, de minha autoria, que dispõe sobre o exercício do direito de greve dos servidores públicos da administração direta, autárquica ou fundacional de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, previsto no art. 37, inciso VII da Constituição Federal.

É, por conseguinte, sobre esta Proposição que, agora, pretendo ocupar a atenção de V. Ex^{as}, por alguns momentos.

O projeto faz justiça à categoria dos servidores públicos que, até certo ponto, via-se desamparada em relação aos trabalhadores da iniciativa privada, cujo direito de greve acha-se regulamentado desde 28-6-89 pela Lei 7.783.

Nele, podem ser destacados o art. 3º que fixa o momento próprio e as condições essenciais para o desencadeamento de uma greve.

Também, deve ser ressaltado o seu parágrafo único que estabelece o prazo de 48 horas para que as autoridades sejam notificadas pelo Sindicato da Classe ou pela Comissão de Negociação a respeito da paralisação e para que a comunidade seja informada sobre suspensão dos trabalhos e sobre a manutenção dos serviços ou atividades considerados essenciais.

Esse dispositivo confere ao projeto um caráter marcadamente democrático, de vez que, por ele, é garantido o direito de greve dos servidores públicos, ao mesmo tempo em que procura-se, também, resguardar os contribuintes quanto ao seu direito de não se verem privados da prestação de serviços essenciais que lhes são devidos pelo Estado.

Digno, ainda, do maior destaque é o art. 5, no qual são arrolados como serviços ou atividades essenciais os 15 itens enumerados a seguir:

I – assistência médica-hospitalar e ambulatorial de emergência;

II – funerários;

III – transporte coletivo;

IV – processamento de dados ligados a serviços essenciais;

V – serviços judiciários e do Ministério Público;

VI – defensoria pública;

VII – telecomunicações;

VIII – serviços vinculados ao pagamento de benefícios previdenciários;

IX – guarda de substâncias radioativas e equipamentos e materiais nucleares;

X – serviços vinculados ao processo legislativo;

XI – segurança pública;

XII – defesa judicial da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios e das suas respectivas autarquias e fundações;

XIII – atividade de arrecadação e fiscalização de tributos e contribuições sindicais;

XIV – serviço diplomático.

Já, o que deve ser salientado no art. 6º é a obrigação a que estão sujeitas as autoridades, as entidades sindicais e as Comissões de Negociação, de assegurar, cada qual a seu modo, a prestação de serviços indispensáveis ao atendimento das necessidades inadiáveis da comunidade.

Cabe, igualmente, especial relevo ao art. 7º por garantir aos servidores em greve o emprego de meios pacíficos tendentes a persuadir ou aliciar os servidores a aderirem à greve.

Não se omite, por outro lado, o cuidado expresso no art. 8º de ressaltar os direitos e garantias fundamentais do indivíduo.

O art. 9º e seus parágrafos estão, também, a merecer relevo, já que buscam assegurar a execução de serviços cuja paralisação possa redundar em danos ou em deterioração de bens públicos.

Essa garantia será obtida seja mediante acordo entre a entidade sindical ou a Comissão de Negociação e as autoridades dos órgãos envolvidos, seja por iniciativa direta da entidade sindical ou da Comissão de Negociação, em caso de não-efetivação do citado acordo, seja, enfim, pela requisição de funcionários pelo Poder Público, para execução desses serviços, no caso de serem descumpridas pelas citadas entidades grevistas as providências delas reclamadas no caput do artigo e em seus parágrafos.

Por último, Sr. Presidente, cabe assinalar que o art. 10 do meu Projeto de Lei Complementar prevê mecanismos de mediação entre autoridades públicas e servidores, ao assim dispor:

Após decorridos sete dias da paralisação dos serviços, é facultado ao Ministério Público da União, mediante requerimento da parte interessada, atuar como mediador do conflito.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, estou convencido de que esse projeto, cujos delineamentos básicos acabo de expor a V. Ex^{as}, após enriquecido com os valiosos contributos que os meus ilustres colegas certamente hão de lhe propiciar, poderá constituir o instrumento apto que estávamos devendo à valorosa classe dos servidores públicos, para que estes possam utilizar-se pacificamente dos meios e dos direitos que o art. 37 da Constituição houve por bem assegurar-lhe.

É o que espero. Muito Obrigado.

COMPARECEM MAIS OS SRS. SENADORES:

Aureo Mello – Epitácio Cafeteira – Henrique Almeida – Hugo Napoleão – João Calmon – Jônice Tristão – Josaphat Marinho.

O SR. PRESIDENTE (Chagas Rodrigues) – A Presidência dispensa, na sessão de hoje, o período destinado à Ordem do Dia, nos termos do art. 174 do Regimento Interno.

O Requerimento nº 535, de 1994, de autoria do Senador José Sarney, lido no Expediente, será apreciado na próxima sessão.

O SR. PRESIDENTE (Chagas Rodrigues) – Nada mais havendo a tratar, a Presidência vai encerrar os trabalhos, designando para a sessão ordinária de amanhã, às 14h30min, a seguinte

ORDEM DO DIA

– 1 –

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 44, DE 1993

(Incluído em Ordem do Dia nos termos do

art. 375, VIII, do Regimento Interno)

Votação, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 44, de 1993 (nº 250/93 na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que renova a permissão da Rádio Independente Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Lajeado, Estado do Rio Grande do Sul, tendo

Pareceres, proferidos em Plenário, em substituição à Comissão de Educação:

– 1º pronunciamento: Relator: Senador Amir Lando, favorável ao projeto;

– 2º pronunciamento: Relator: Senador Aureo Mello, pela regularidade dos atos e procedimentos concernentes à proposição.

– 2 –

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 45 DE 1993

(Incluído em Ordem do Dia nos termos do

art. 375, VIII, do Regimento Interno)

Votação, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 45, de 1993 (nº 253/93, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que renova a concessão outorgada à Rádio Capinzal Ltda.,

para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na Cidade de Capital, Estado de Santa Catarina, tendo

Pareceres, proferidos em Plenário, em substituição à Comissão de **Educação**.

– 1º pronunciamento: Relator: Senador Amir Lando, favorável ao projeto;

– 2º pronunciamento: Relator: Senador Jonas Pinheiro, pela regularidade dos atos e procedimentos concernentes à proposição.

– 3 –

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 46, DE 1993

(Incluído em Ordem do Dia, nos termos do

art. 375, VIII, do Regimento Interno)

Votação, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 46, de 1993 (nº 248/93, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que renova a permissão outorgada à Rádio Fraternidade Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na Cidade de Araras, Estado de São Paulo, tendo

Parecer, proferido em Plenário, em substituição à Comissão de **Educação**:

– 1º pronunciamento: Relator: Senador Álvaro Pacheco, favorável ao projeto;

– 2º pronunciamento: Relator: Senador Jonas Pinheiro, pela regularidade dos atos e procedimentos concernentes à proposição.

– 4 –

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 48, DE 1993

(Incluído em Ordem do Dia, nos termos, do

art. 375, VIII, do Regimento Interno)

Votação, em turno único do Projeto de Decreto Legislativo nº 48, de 1993 (nº 264/93, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que renova a permissão da Rádio Jornal do Brasil Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na Cidade do Rio de Janeiro Estado do Rio de Janeiro tendo

Pareceres, proferidos em Plenário, Relator: Senador Áureo Mello, em substituição à Comissão de **Educação**:

– 1º pronunciamento: favorável ao projeto;

– 2º pronunciamento: pela regularidade dos atos e procedimentos concernentes à proposição.

– 5 –

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 49, DE 1993

(Incluído em Ordem do Dia nos termos do

art. 375, VIII, do Regimento Interno)

Votação, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 49, de 1993 (nº 273/93, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que renova a permissão da Rádio Litoral Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na Cidade de Osório, Estado do Rio Grande do Sul, tendo

Pareceres, proferidos em Plenário, em substituição à Comissão de **Educação**.

– 1º pronunciamento: Relator: Senador Amir Lando, favorável ao projeto;

– 2º pronunciamento: Relator Senador Ney Maranhão, pela regularidade dos atos e procedimentos concernentes à proposição.

– 6 –

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 52, DE 1993

(Incluído em Ordem do Dia, nos termos do

art. 375, VIII, do Regimento Interno)

Votação, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 52, de 1993 (nº 246/93, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que renova a concessão outorgada à Rádio Grande Lago Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na Cidade de Santa Helena, Estado do Paraná, tendo

Parecer favoráveis, proferidos em Plenário, em substituição à Comissão de **Educação**:

– 1º pronunciamento: Relator : Senador Ney Maranhão;

– 2º pronunciamento: Relator: Senador Afonso Camargo, pela regularidade dos atos e procedimentos concernentes à proposição.

– 7 –

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 55, DE 1993

(Incluído em Ordem do Dia nos termos do

art. 375, VIII, do Regimento Interno)

Votação, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 55, de 1993 (nº 267/93, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que renova a concessão outorgada à Paquetá Empreendimentos Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na Cidade de Floriano, Estado do Piauí, tendo

Parecer favorável, proferido em Plenário Relator Senador Ney Maranhão, em substituição a Comissão de **Educação**

– 8 –

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 7, DE 1994

(Incluído em Ordem do Dia nos termos do

art. 375, VIII, do Regimento Interno)

Votação, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 7 de 1994 (nº 308/93, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que renova a outorga deferida à R[ádio Cultura de Timbó Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Timbó, Estado de Santa Catarina, tendo

Parecer favorável, proferido em Plenário, Relator: Senador Meira Filho, em substituição à Comissão de **Educação**

– 9 –

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 9, DE 1994

(Incluído em Ordem do Dia nos termos do

art. 375, VIII, do Regimento Interno)

Votação, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 9, de 1994 (nº 301/93, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que renova a concessão outorgada à Rádio e TV Tapajós Ltda., para explorar serviço de radiodifusão de sons e imagens (televisão) na Cidade de Santarém, Estado do Pará, tendo

Parecer favorável, proferido em Plenário, Relator, Senador Dirceu Carneiro, em substituição a Comissão de **Educação**.

– 10 –

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 10, DE 1994

(Incluído em Ordem do Dia nos termos do

art. 375, VIII, do Regimento Interno)

Votação, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 10, de 1994 (nº 297/93, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga permissão à Fundação Pe. Urbano Thiesen para

executar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, com fins exclusivamente educativos, na Cidade de Novo Hamburgo, Estado do Rio Grande do Sul, tendo

Pareceres favoráveis proferidos em Plenário, em substituição à Comissão de **Educação**

– 1º pronunciamento: Relator Senador João França favorável ao projeto;

– 2º pronunciamento: Relator: Senador Meira Filho pela regularidade dos atos e procedimentos concernentes à proposição.

– 11 –

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 11, DE 1994

(Incluído em Ordem do Dia nos termos do

art. 375, VIII, do Regimento Interno)

Votação, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 11, de 1994 (nº 265/93, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que renova a permissão outorga à S.A. Rádio Verdes Mares, para explorar serviço de radiodifusão sonora frequência modulada na Cidade de Fortaleza, Estado do Ceará tendo

Parecer favorável, proferido em Plenário, Relator: Senador Dirceu Carneiro, em substituição à Comissão de **Educação**.

– 12 –

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 12, DE 1994

(Incluído em Ordem do Dia nos termos do

art. 375, VIII, do Regimento Interno)

Votação, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 12, de 1994 (nº 319/93, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga permissão à Fundação Cultural Cruzeiro do Sul para executar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Sorocaba, Estado de São Paulo, tendo

Pareceres favoráveis, proferidos em Plenário, Relator: Senador Meira Filho, em substituição à Comissão de **Educação**:

– 1º pronunciamento: favorável ao projeto;

– 2º pronunciamento: pela regularidade dos atos e procedimentos concernentes à proposição.

– 13 –

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 18, DE 1994

(Incluído em Ordem do Dia nos termos do

art. 375, VIII, do Regimento Interno)

Votação, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 18, de 1994 (nº 252/93, na Câmara dos Deputados,

O SR. PRESIDENTE (Chagas Rodrigues) – Está encerrada a sessão.

(Levanta-se a sessão às 15h02min.)

que aprova o ato que renova a concessão outorgada à Rádio Araguaia Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Araguaína, Estado do Tocantins, tendo

Parecer favorável, proferido em Plenário, Relator: Senador Carlos Patrocínio, em substituição à Comissão de **Educação**.

– 14 –

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 19, DE 1994

(Incluído em Ordem do Dia, nos termos do

art. 375, VIII, do Regimento Interno)

Votação, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 19, de 1994 (nº 254/93, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que renova a concessão outorgada à TV Tocantins Ltda., para explorar serviço de radiodifusão de sons e imagens (televisão)

na cidade de Anápolis, Estado de Goiás, tendo

Parecer favorável, proferido em Plenário, Relator: Senador Carlos Patrocínio, em substituição à Comissão de **Educação**.

– 15 –

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 24, DE 1994

(Incluído em Ordem do Dia nos termos do

art. 375, VIII, do Regimento Interno)

Votação, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 24, de 1994 (nº 328/93, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga permissão à Fundação de Ensino Superior do Vale do Sapucaí para executar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, com fins exclusivamente educativos, na cidade de Pouso Alegre, Estado de Minas Gerais, tendo

Parecer favorável, proferido em Plenário, Relator: Senador Lucídio Portella, em substituição à Comissão de **Educação**.

– 16 –

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 23, DE 1994

(Em regime de urgência, nos termos do

art. 375, VIII, do Regimento Interno)

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 23, de 1994 (nº 327/93, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que renova a concessão outorgada à Rádio Montanhês de Botelhos Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Botelhos, Estado de Minas Gerais. (Dependendo de parecer da Comissão de **Educação**)

– 17 –

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 16, DE 1994

(Em regime de urgência, nos termos do

art. 336, b, do Regimento Interno)

Votação, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 16, de 1994 (nº 2.248/91, na Casa de origem), que regulamenta o art. 236 da Constituição Federal, dispondo sobre serviços notariais e de registro tendo,

Pareceres

– Sob nº 132, de 1994, da Comissão de **Constituição, Justiça e Cidadania**, favorável ao Projeto com Emendas nºs 1 e 2 – CCJ, de redação, que apresenta;

– de Plenário, Relator: Senador Magno Bacelar, em substituição à Comissão de **Constituição, Justiça e Cidadania**, pela rejeição das emendas nºs 3 a 26, de Plenário.

– 18 –

PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 60, DE 1994

(Em regime de urgência, nos termos do

art. 336, b, do Regimento Interno)

Votação, em turno único, do Projeto de Resolução nº 60, de 1994, que autoriza o Governo do Estado de Minas Gerais a emitir Letras Financeiras do Tesouro do Estado de Minas Gerais, cujos recursos serão destinados ao giro da Dívida Mobiliária do Estado, vencível no 2º semestre de 1994.

– 19 –

PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 61, DE 1994

(Em regime de urgência, nos termos do

art. 336, b, do Regimento Interno)

Votação, em turno único, do Projeto de Resolução nº 61, de 1994, que autoriza a Prefeitura Municipal de São Paulo a emitir

Letras Financeiras do Tesouro do Município – LFTM – SP, cujos recursos serão destinados ao giro da Dívida Mobiliária da Prefeitura, vencível no 2º Semestre de 1994.

– 20 –

PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 57, DE 1994

(Em regime de urgência, nos termos do

art. 336, b, do Regimento Interno)

Discussão, em turno único, do Projeto de Resolução nº 57, de 1994 (apresentado pela Comissão de Assuntos Econômicos como conclusão de seu Parecer nº 175, de 1994), que autoriza o Estado do Rio de Janeiro a emitir Letras Financeiras do Tesouro do Estado do Rio de Janeiro – LFTRJ, cujos recursos serão destinados ao giro da Dívida Mobiliária do Estado, vencível no 2º semestre de 1994.

– 21 –

PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 58, DE 1994

Em regime de urgência, nos termos do

art. 336, b, do Regimento Interno)

Discussão, em turno único, do Projeto de Resolução nº 58, de 1994 (apresentado pela Comissão de Assuntos Econômicos como conclusão de seu Parecer nº 176, de 1994), que autoriza o Governo do Estado do Paraná a contratar operação de crédito junto ao Banco Internacional para a Reconstrução e Desenvolvimento – BIRD, no valor de Cr\$87.681.120.000,00 (oitenta e sete bilhões, seiscentos e oitenta e um milhões e cento e vinte mil cruzeiros reais), equivalentes a US\$96.000.000,00 (noventa e seis milhões de dólares americanos) a preços de 30 de março de 1994, sendo os recursos destinados ao financiamentos de parte do "Projeto Qualidade no Ensino Público do Paraná".

– 22 –

OFÍCIO Nº S/54, DE 1994

(Em regime de urgência, nos termos do

art. 336, b, do Regimento Interno)

Ofício nº S/54, de 1994, através do qual o Governo do Estado do Mato Grosso solicita autorização do Senado Federal para emitir Letras Financeiras do Tesouro do Estado de Mato Grosso – LFTE – MT, cujos recursos serão destinados ao giro da Dívida Mobiliária do Estado, vencível no 2º semestre de 1994. (Dependendo de parecer da Comissão de Assuntos Econômicos)

– 23 –

Projeto de Lei da Câmara nº 97, DE 1993

Votação, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 97, de 1993 (nº 1.224/88, na Casa de origem), que dispõe sobre a instalação do sistema de antenas por titulares de licença de Estação de Radiocomunicações, e dá outras providências, tendo

Parecer Favorável, sob nº 112, de 1994, da Comissão

– de Educação.

– 24 –

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 150, DE 1993

Votação, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 150, de 1993 (nº 1.052/83, na Casa de origem), que dispõe sobre o fornecimento de leite pelos empregadores aos empregados, tendo

Parecer, sob nº 146, de 1994, da Comissão

– de Assuntos Sociais, favorável nos termos de substitutivo que oferece.

– 25 –

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 180, DE 1993

Votação, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 180, de 1993 (nº 1898/91, na Casa de origem), que dá nova redação ao art. 5º da Lei nº 6.179, de 11 de dezembro de 1974, que "institui amparo previdenciário para maiores de setenta anos de idade e para inválidos, e dá outras providências", tendo

Parecer sob nº 118, de 1994, da Comissão

– de Assuntos Sociais, favorável, com a apresentação da Emenda nº 1-CAS.

– 26 –

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 184, DE 1993

Votação, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 184, de 1993 (nº 1.568/91, na Casa de origem), que dispõe sobre a concessão de desconto nos valores dos ingressos em espetáculos culturais e artísticos para pessoas idosas ou portadoras de deficiência física, tendo

Parecer sob nº 150, de 1994, da Comissão

– de Assuntos Sociais, favorável com Emendas de nºs 1 e 2 – CAS, que apresenta.

– 27 –

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 185, DE 1993

Votação, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 185, de 1993 (nº 2.398/91, na Casa de origem), que acrescenta parágrafo ao art. 71 da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, prescrevendo sanção a ser aplicada em caso de descumprimento do disposto do caput do referido artigo, tendo

Parecer favorável, sob nº 119, de 1994, da Comissão

– de Assuntos Sociais.

– 28 –

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 203, DE 1993

Votação, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 203, de 1993 (nº 874/91, na Casa de origem), que acrescenta § 7º ao art. 543 da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, tendo

Parecer favorável, sob nº 147, de 1994, da Comissão

– de Assuntos Sociais.

– 29 –

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 207, DE 1993

Votação, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 207, de 1993 (nº 1.830/91, na Casa de origem), que dispõe sobre a importação de produtos de origem animal e vegetal destinados ao consumo, tendo

Parecer, sob nº 149, de 1994, da Comissão

– de Assuntos Sociais, favorável com a Emenda nº 1-CAS, que apresenta.

– 30 –

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 226, DE 1993

Votação, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 226, de 1993 (nº 1.104/91, na Casa de origem), que dá nova redação ao inciso II do art. 131 da Consolidação das Leis do Trabalho, tendo

Parecer favorável, sob nº 151, de 1994, da Comissão

– de Assuntos Sociais.

– 31 –

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 240, DE 1993

Votação, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 240, de 1993 (nº 2.552/92, na Casa de origem), que acrescenta dispositivo ao art. 20 da Lei nº 8.036, de 11 de maio de 1990, para permitir a movimentação da conta vinculada quando o trabalhador

ou qualquer de seus dependentes for acometido de neoplasia maligna, tendo

Parecer favorável, sob nº 144, de 1994, da Comissão
– de Assuntos Sociais

– 32 –

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 27, DE 1991 – COMPLEMENTAR

Votação, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 27, de 1991 – Complementar, de autoria do Senador Mansueto de Lavor, que regulamenta o § 3º do art. 192 da Constituição Federal, que dispõe sobre a cobrança de juros reais máximos, e dá outras providências, tendo

Parecer favorável, proferido em Plenário, Relator: Senador Ney Maranhão, em substituição à Comissão de Assuntos Econômicos.

O SR. PRESIDENTE (Chagas Rodrigues) – Está encerrada a sessão.

(Levanta-se a sessão às 15h02min.)

ATOS DO PRESIDENTE

ATO DO PRESIDENTE Nº 238/94

O Presidente do Senado Federal, no uso da sua competência regimental e regulamentar, em conformidade com a delegação de competência que lhe foi outorgada pelo Ato da Comissão Diretora nº 2, de 4 de abril de 1973, e tendo em vista o que consta do Processo nº 0332/94-1, resolve aposentar, voluntariamente, Edmar LUCAS DO AMARAL, matrícula 2.015, Analista de Indústria Gráfica Legislativa, Nível III, Classe Especial, Padrão V/s30, do Quadro de Pessoal do Centro Gráfico do Senado Federal – Cegraf, nos termos do art. 40, inciso III, alínea a, da Constituição da República Federativa do Brasil, combinado com os artigos 186, inciso III, alínea a e 192, inciso II, da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990.

Senado Federal, em 30 de junho de 1994. – Senador Humberto Lucena, Presidente do Senado Federal.

ATO DO PRESIDENTE Nº 239 DE 1994

O Presidente do Senado Federal, no uso da sua competência regimental e consoante o disposto no artigos 65 e 67, do Ato nº 31, de 1987, da Comissão Diretora,

Resolve

Art. 1º Designar para integrarem a Comissão Permanente de Licitação, como membros efetivos, os servidores TADEU MIGUEL OSMALA, CLAYTON ZANLORENCI, DIMITRIOS HADJINICOLAOU, JOSÉ TADEU DE AMORIM, EDVAL FERREIRA DA SILVA, LUIZ HUMBERTO DE FREITAS, ÁUREA CAMARGO SOUZA SANTOS, TADEU IZIDRO PATROCÍNIO DE MORAES E, COMO SUPLENTE, OS SERVIDORES SIMÃO PEREIRA DA CRUZ, ELINÉA ANSELMO CHAGAS E ALCINEY SANTOS GRANADO DA SILVA.

Art. 2º A Comissão Permanente de Licitação será presidida pelo servidor Tadeu Miguel Osmala, e, nos eventuais impedimentos, por um dos membros efetivos, indicados pelo titular.

Art. 3º O mandato dos membros da Comissão Permanente de Licitação de que trata o art. 1º deste Ato será de 1 (um) ano, com vigência a partir de 1 julho de 1994.

Art. 4º Este Ato entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º Revogam-se as disposições em contrário.

Senado Federal, em 30 de junho de 1994. – Senador Humberto Lucena, Presidente do Senado Federal.

ATO DO DIRETOR-GERAL

ATO Nº 080, DE 1994

O Diretor-Geral do Senado Federal, no uso de suas atribuições regulamentares e de acordo com o disposto no artigo 2º, do Ato nº 9, de 1992, do Primeiro Secretário.

Resolve:

Art. 1º Designar as servidoras Isabel Cristina Souza Cardoso (matrícula nº 3.043) e Eloísa Sales Correia (matrícula nº 3.045) gestoras, titular e substituta, respectivamente, do Contrato nº 034, de 1994, celebrado entre o Senado Federal e WHITE MARTINS – GASES INDUSTRIAIS S/A. para o “fornecimento de 1.000m3 de oxigênio medicinal, pureza mínima de 99,5%, para uso na Subsecretaria de Assistência Médica e Social”.

Art. 2º Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 3º Este Ato entra em vigor na data de sua publicação.

Em 1º de julho de 1994. – Manoel Vilela de Magalhães, Diretor-Geral.

MESA**Presidente**

Humberto Lucena _ PMDB _ PB

1° Vice-Presidente

Chagas Rodrigues _ PSDB _ PI

2° Vice-Presidente

Levy Dias _ PTB _ MS

1° Secretário

Júlio Campos _ PFL _ MT

2° Secretário

Nabor Júnior _ PMDB _ AC

3° Secretário

Júnia Marise _ PRN _ MG

4° Secretário

Nelson Wedekin _ PDT _ SC

Suplentes de Secretário

Lavoisier Maia _ PDT _ RN

Lucídio Portella _ PDS _ PI

Beni Veras _ PSDB _ CE

Carlos Patrocínio _ PFL _ TO

LIDERANÇA DO GOVERNO**Líder**

Pedro Simon

LIDERANÇA DO PMDB**Líder**

Mauro Benevides

Vice-Líderes

Cid Sabóia de Carvalho

Garibaldi Alves Filho

José Fogaça Ronaldo

Aragão Mansueto de Lavor

LIDERANÇA DO PSDB**Líder**

Mário Covas

Vice-Líder

Jutahy Magalhães

LIDERANÇA DO PFL**Líder**

Marco Maciel

Vice-Líderes

Odacir Soares

LIDERANÇA DO PSB**Líder**

José Paulo Bisol

LIDERANÇA DO PTB**Líder**

Jonas Pinheiro

Vice-Líder

Valmir Campelo

LIDERANÇA DO PDT**Líder**

Magno Bacelar

LIDERANÇA DO PRN**Líder**

Ney Maranhão

Vice-Líder

Áureo Mello

LIDERANÇA DO PP**Líder**

Irapuan Costa Júnior

LIDERANÇA DO PPR**Líder**

Epitácio Cafeteira

Vice-Líderes

Affonso Camargo

Esperidião Amim

Moisés Abrão

LIDERANÇA DO PT**Líder**

Eduardo Suplicy

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA _ CCJ

(23 Titulares e 23 Suplentes)

Presidente: Iram Saraiva
Vice-Presidente: Magno Bacelar

| Titulares | | Suplentes | |
|----------------------|------------|-----------------------|------------|
| PMDB | | | |
| Amir Lando | RO-3111/12 | César Dias | RR-3064/65 |
| Cid S. de Carvalho | CE-3058/59 | Mansueto de Lavor | PE-3183/84 |
| José Fogaça | RS-3077/78 | Garibaldi A. Filho | RN-4382/92 |
| Iram Saraiva | GO-3134/35 | Gilberto Miranda | AM-3104/05 |
| Nelson Carneiro | RJ-3209/10 | Marcio Lacerda | MT-3029/30 |
| Antônio Mariz | PB-4345/46 | Aluizio Bezerra | AC-3158/59 |
| Pedro Simon | RS-3230/31 | Divaldo Suruagy | AL-3185/86 |
| Wilson Martins | MS-3114/15 | Alfredo Campos | MG-3237/38 |
| PFL | | | |
| Josaphat Marinho | BA-3173/74 | Hydekel Freitas | RJ-3082/83 |
| Francisco Rollemberg | SE-3032/33 | Marco Maciel | PE-3197/98 |
| Carlos Patrocínio | TO-4058/68 | Henrique Almeida | SP-3191/92 |
| Odacir Soares | RO-3218/19 | Lourival Baptista | SE-3027/28 |
| Elcio Alvares | ES-3131/32 | João Rocha | TO-4071/72 |
| PSDB | | | |
| Eva Blay | SP-3119/20 | Almir Gabriel | PA-3145/46 |
| Jutahy Magalhães | BA-3171/72 | Teotônio Vilela Filho | AL-4093/94 |
| Mário Covas | SP-3177/78 | Vago | |
| PTB | | | |
| Luiz Alberto | PR-4059/60 | Afonso Camargo | PR-3062/63 |
| Carlos De'Carli | AM-3079/80 | Lourenberg N. Rocha | MT-3035/36 |
| PDT | | | |
| Magno Bacelar | MA-3073/74 | Lavoisier Maia | RN-3239/40 |
| PRN | | | |
| Aureo Mello | AM-3091/92 | Ney Maranhão | PE-3101/02 |
| PDC | | | |
| Epitácio Cafeteira | MA-4073/74 | Gerson Camata | ES-3203/04 |
| PDS | | | |
| Esperidião Amin | SC-4206/07 | Jarbas Passarinho | PA-3022/24 |
| PP | | | |
| Pedro Teixeira | DF-3127/28 | João França | RR-3067/68 |

Secretária: Vera Lúcia Lacerda Nunes _ Ramais 3972 e 3987

Reuniões: Quartas-feiras, às 10 horas

Local: Sala das Comissões, Ala Senador Alexandre Costa
Anexo das Comissões _ Ramal 4315

COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS _ CAS

(29 Titulares e 29 Suplentes)

Presidente: Beni Veras
Vice-Presidente: Lourival Baptista

| Titulares | | Suplentes | |
|------------------------|--------------|-----------------|------------|
| PMDB | | | |
| Amir Lando | RO-3111/12 | Aluizio Bezerra | AC-3158/59 |
| Antônio Mariz | PB-4345/46 | João Calmon | ES-3154/55 |
| César Dias | RR-3064/65 | Onofre Quinan | GO-3148/49 |
| Cid Sabóia de Carvalho | CE-3058/60 | Pedro Simon | RS-3230/32 |
| Divaldo Suruagy | AL-3180/85 | José Fogaça | RS-3077/78 |
| Juvêncio Dias | MA-3050/4393 | Ronan Tito | MG-3038/39 |
| Ronaldo Aragão | RR-4052/53 | Nelson Carneiro | RJ-3209/10 |
| Garibaldi A. Filho | RN-4382/92 | Iram Saraiva | GO-3133/34 |

| | | | |
|----------------------|------------|-----------------------|------------|
| Marcio Lacerda | MT-3029 | Vago | |
| Vago | | Vago | |
| PFL | | | |
| Lourival Baptista | SE-3027/28 | Dario Pereira | RN-3098/99 |
| João Rocha | TO-4071/72 | Alvaro Pacheco | PI-3085/87 |
| Odacir Soares | RO-3218/19 | Bello Parga | MA-3069/70 |
| Marco Maciel | PE-3197/99 | Hydekel Freitas | RJ-3082/83 |
| Carlos Patrocínio | TO-4058/68 | Elcio Alvares | ES-3131/32 |
| Francisco Rollemberg | SE-3032/33 | Guilherme Palmeira | AL-3245/46 |
| PSDB | | | |
| Almir Gabriel | PA-3145/46 | Dirceu Carneiro | SC-3179/80 |
| Beni Veras | CE-3242/43 | Eva Blay | SP-3117/18 |
| Jutahy Magalhães | BA-3171/72 | Teotônio V. Filho | AL-4093/94 |
| PTB | | | |
| Marluce Pinto | RO-4062/63 | Valmir Campelo | DF-3188/89 |
| Afonso Camargo | PR-3062/63 | Luiz Alberto Oliviera | PR-4059/60 |
| Jonas Pinheiro | AP-3206/07 | Carlos De'Carli | AM-3079/81 |
| PDT | | | |
| Lavoisier Maia | RN-3240/41 | Nelson Wedekin | SC-3151/53 |
| PRN | | | |
| Saldanha Derzi | MS-4215/16 | Ney Maranhão | PE-3101/02 |
| Aureo Mello | AM-3091/92 | Albano Franco | SE-4055/56 |
| PDC | | | |
| Epitácio Cafeteira | MA-4073/74 | Moisés Abrão | TO-3136/37 |
| PDS | | | |
| Lucídio Portella | PI-3055/57 | Jarbas Passarinho | PA-3022/23 |
| PSB / PT | | | |
| Eduardo Suplicy | SP-3213/15 | José Paulo Bisol | RS-3224/25 |
| PP | | | |
| Pedro Teixeira | DF-3127/28 | Meira Filho | DF-3221/22 |

Secretário: Luiz Cláudio/Vera Lúcia

Telefones: Secretaria: 3515/16/4354/3341

Sala de reuniões: 3652

Reuniões: Quartas-feiras, às 14 horas.

Sala nº 09 _ Ala Alexandre Costa

COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS _ CAE

(27 Titulares e 27 Suplentes)

Presidente: João Rocha

Vice-Presidente: Gilberto Miranda

| Titulares | | Suplentes | |
|--------------------|---------------|--------------------|--------------|
| PMDB | | | |
| Ronan Tito | MG-3038/39/40 | Mauro Benevides | CE-3194/95 |
| Garibaldi A. Filho | RN-4382/92 | José Fogaça | RS-3077/78 |
| Ruy Bacelar | BA-3161/62 | Flaviano Melo | AC-3493/94 |
| Ronaldo Aragão | RR-4052/53 | Cid S. de Carvalho | CE-3058/59 |
| César Dias | RO-3064/65/66 | Juvêncio Dias | PA-3050/4393 |
| Mansueto de Lavor | PE-3182/83/84 | Pedro Simon | RS-3230/32 |
| Aluizio Bezerra | AC-3158/59 | Divaldo Suruagy | AL-3185/86 |
| Gilberto Miranda | AM-3104/05 | João Calmon | ES-3154/56 |
| Onofre Quinan | GO-3148/50 | Wilson Martins | MS-3114/15 |
| PFL | | | |
| Carlos Patrocínio | TO-4058/68 | Odacir Soares | RO-3218/19 |
| Raimundo Lira | PB-320/02 | Bello Parga | MA-3069/70 |
| Henrique Almeida | AP-3191/92/93 | Alvaro Pacheco | PI-3085/87 |
| Dario Pereira | RN-3098/99 | Elcio Alvares | ES-3131/32 |
| João Rocha | MA-4071/72 | Josaphat Marinho | BA-3173/75 |

PSDB

| | | | |
|-------------|---------------|-----------------|------------|
| Beni Veras | CE-3242/43/44 | Almir Gabriel | PA-3145/47 |
| José Richa | PR-3163/64 | Dirceu Carneiro | SC-3179/80 |
| Mário Covas | SP-3177/78 | Vago | |

PTB

| | | | |
|----------------|-----------------|---------------------|------------|
| Afonso Camargo | PR-3062/63 | Lourenberg N. Rocha | MT-3035/36 |
| Valmir Campelo | DF-3188/89/4061 | Luiz A. Oliveira | PR-4059/60 |
| Jonas Pinheiro | AP-3206/07 | Marluce Pinto | RO-4062/63 |

PDT

| | | | |
|---------------|------------|----------------|------------|
| Magno Bacelar | MA-3074/75 | Lavoisier Maia | RN-3239/40 |
|---------------|------------|----------------|------------|

PRN

| | | | |
|---------------|------------|----------------|------------|
| Albano Franco | SE-4055/56 | Saldanha Derzi | MS-4215/18 |
| Ney Maranhão | PE-3101/02 | Aureo Mello | AM-3091/92 |

PDC

| | | | |
|--------------|-----------------|---------------|------------|
| Moisés Abrão | GO-3136/37/3522 | Gerson Camata | ES-3203/04 |
|--------------|-----------------|---------------|------------|

PDS

| | | | |
|-----------------|------------|-------------------|------------|
| Esperidião Amin | SC-4206/07 | Jarbas Passarinho | PA-3022/24 |
|-----------------|------------|-------------------|------------|

PP

| | | | |
|-------------|------------|-------------------|------------|
| Meira Filho | DF-3222/05 | Irapuan C. Júnior | GO-3089/90 |
|-------------|------------|-------------------|------------|

PT/PSB

| | | | |
|-----------------|------------|------------------|---------|
| Eduardo Suplicy | 3213/15/16 | José Paulo Bisol | 3224/25 |
|-----------------|------------|------------------|---------|

Secretário: Dirceu Vieira M. Filho

Ramais: 311-3515/3516/4354/3341

Reuniões: Terças-feiras, às 10 horas

Local: Sala das Comissões; Ala Senador Alexandre Costa _ Ramal 4344

**COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES
E DEFESA NACIONAL _ CRE**

(19 Titulares e 19 Suplentes)
Presidente: Alfredo Campos
Vice-Presidente: Hydekél Freitas

Titulares

Suplentes

PMDB

| | | | |
|-----------------|------------|--------------------|------------|
| Ronan Tito | MG-3039/40 | Mauro Benevides | CE-3052/53 |
| Alfredo Campos | MG-3237/38 | Flaviano Melo | AC-3493/94 |
| Nelson Carneiro | RJ-3209/10 | Garibaldi A. Filho | RN-4382/92 |
| Divaldo Suruagy | AL-3185/86 | Mansueto de Lavor | PE-3182/83 |
| João Calmon | ES-3154/55 | Gilberto Miranda | AM-3104/05 |
| Ruy Bacelar | BA-3160/61 | Cesar Dias | RR-3064/65 |

PFL

| | | | |
|--------------------|------------|----------------------|--------------|
| Guilherme Palmeira | AL-3245/46 | Francisco Rollemberg | SE-3032/34 |
| Hydekél Freitas | RS-3064/65 | Josaphat Marinho | BA-3173/74 |
| Lourival Baptista | SE-3027/28 | Raimundo Lira | PB-3200/3201 |
| Álvaro Pacheco | PI-3085/86 | Marco Maciel | PE-3197/98 |

PSDB

| | | | |
|-----------------|------------|------------------|------------|
| Dirceu Carneiro | SC-3179/80 | Jutaby Magalhães | BA-3171/72 |
| José Richa | PR-3163/64 | Eva Blay | SP-3119/20 |

PTB

| | | | |
|------------------|------------|----------------|------------|
| Luiz A. Oliveira | PR-4058/59 | Valmir Campelo | DF-3188/89 |
| Marluce Pinto | RR-4062/63 | Jonas Pinheiro | AP-3206/07 |

PDT

| | | | |
|---------------|------------|---------------|------------|
| Darcy Ribeiro | RJ-4230/31 | Magno Bacelar | MA-3074/75 |
|---------------|------------|---------------|------------|

PRN

| | | | |
|---------------|------------|----------------|--------------|
| Albano Franco | SE-4055/56 | Saldanha Derzi | MS-3255/4215 |
|---------------|------------|----------------|--------------|

PDC

| | | | |
|---------------|------------|--------------------|------------|
| Gerson Camata | ES-3203/04 | Epitácio Cafeteira | MA-4073/74 |
|---------------|------------|--------------------|------------|

PP

| | | | |
|----------------------|-----------|----------------|-----------|
| Irapuan Costa Júnior | 3088/3089 | Pedro Teixeira | 3127/3128 |
|----------------------|-----------|----------------|-----------|

PDS

| | | | |
|-------------------|------------|------------------|------------|
| Jarbas Passarinho | PA-3022/23 | Lucídio Portella | PI-3055/56 |
|-------------------|------------|------------------|------------|

Secretário: Paulo Roberto Almeida Campos

Ramais: 3496 e 3497

Reuniões: Quintas-feiras, às 10 horas

Local: Sala das Comissões, Ala Senador Alexandre Costa _ Anexo das Comissões _ Ramal 3546

**COMISSÃO DE SERVIÇOS DE
INFRA-ESTRUTURA _ CI**

(23 Titulares e 23 Suplentes)
Presidente: Dário Pereira
Vice-Presidente: Teotônio Vilela Filho

Titulares

Suplentes

PMDB

| | | | |
|------------------|------------|----------------|------------|
| Flaviano Melo | AC-3493/94 | Amir Lando | RO-3110/11 |
| Mauro Benevides | CE-3194/95 | Ruy Bacelar | BA-3161/62 |
| Aluizio Bezerra | AC-3158/59 | Ronaldo Aragão | RR-4052/53 |
| Onofre Quinan | GO-3148/49 | Ronan Tito | MG-3039/40 |
| Gilberto Miranda | AM-3104/05 | Juvêncio Dias | PA-3050/53 |
| Alfredo Campos | MG-3237/38 | Antonio Mariz | PB-4345/46 |
| Marcio Lacerda | MT-3029/30 | Wilson Martins | MS-4345/46 |
| Vago | | Vago | |

PFL

| | | | |
|------------------|------------|--------------------|------------|
| Dário Pereira | RN-3098/99 | Raimundo Lira | PB-3201/02 |
| Henrique Almeida | AP-3191/92 | João Rocha | TO-4071/72 |
| Elcio Alvares | ES-3131/32 | Carlos Patrocínio | TO-4068/69 |
| Bello Parga | MA-3069/72 | Guilherme Palmeira | AL-3245/46 |
| Hydekél Freitas | RJ-3082/83 | Vago | |

PSDB

| | | | |
|-------------------|------------|------------------|------------|
| Dirceu Carneiro | SC-3179/80 | Beni Veras | CE-3242/43 |
| Teotônio V. Filho | AL-4093/94 | Jutaby Magalhães | BA-3171/72 |
| José Richa | PR-3163/64 | Vago | |

PTB

| | | | |
|------------------|------------|----------------|------------|
| Lourenberg N. R. | MT-3035/36 | Afonso Camargo | PR-3062/63 |
| Marluce Pinto | RR-4062/63 | Vago | |

PDT

| | | | |
|----------------|------------|---------------|------------|
| Lavoisier Maia | RN-3239/40 | Magno Bacelar | BA-3074/75 |
|----------------|------------|---------------|------------|

PRN

| | | | |
|----------------|------------|---------------|------------|
| Saldanha Derzi | MT-4215/18 | Albano Franco | SE-4055/56 |
|----------------|------------|---------------|------------|

PDC

| | | | |
|---------------|------------|--------------|------------|
| Gerson Camata | ES-3203/04 | Moisés Abrão | TO-3136/37 |
|---------------|------------|--------------|------------|

PDS

| | | | |
|------------------|------------|-----------------|------------|
| Lucídio Portella | PI-3055/56 | Esperidião Amin | SC-4206/07 |
|------------------|------------|-----------------|------------|

PP

| | | | |
|-------------|------------|-------------|------------|
| João França | RR-3067/68 | Meira Filho | DF-3221/22 |
|-------------|------------|-------------|------------|

Secretário: Celson Parente _ Ramais 3515 e 3516

Reuniões: Terças-feiras, às 14 horas

Local: Sala das Comissões, Ala Senador Alexandre Costa _ Anexo das Comissões _ Ramal 3286

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO _ CE

(27 Titulares e 27 Suplentes)
Presidente: Valmir Campelo
Vice-Presidente: Juvêncio Dias

Titulares

Suplentes

PMDB

| | | | |
|-------------------|--------------|------------------------|------------|
| João Calmon | ES-3154/55 | Cid Sabóia de Carvalho | CE-3058/59 |
| Flaviano Melo | AC-3493/94 | Antônio Mariz | PB-4345/46 |
| Mauro Benevides | CE-3052/53 | Onofre Quinan | GO-3148/49 |
| Wilson Martins | MS-3114/15 | Marcio Lacerda | RJ-3029/30 |
| Juvêncio Dias | PA-3050/4393 | Ronaldo Aragão | RO-4052/53 |
| Mansueto de Lavor | PE-3182/83 | Amir Lando | RO-3110/11 |
| José Fogaça | RS-3077/78 | Ruy Bacelar | BA-3160/61 |
| Pedro Simon | RS-3230/31 | Alfredo Campos | MG-3237/38 |
| Iram Saraiva | GO-3134/35 | Nelson Carneiro | RJ-3209/10 |

PFL

| | | | |
|------------------|------------|----------------------|------------|
| Josaphat Marinho | BA-3173/74 | Dario Pereira | RN-3098/99 |
| Marco Maciel | PE-3197/98 | Odacir Soares | RO-3218/19 |
| Álvaro Pacheco | PI-3085/86 | Francisco Rollemberg | SE-3032/33 |
| Raimundo Lira | PB-3201/02 | Carlos Patrocínio | TO-4058/68 |
| Bello Parga | MA-3069/72 | Henrique Almeida | AP-3191/92 |

PSDB

| | | | |
|-------------------|------------|-------------|------------|
| Almir Gabriel | PA-3145/46 | Beni Veras | CE-3242/43 |
| Eva Blay | SP-3119/20 | Mário Covas | SP-3177/78 |
| Teotônio V. Filho | AL-4093/94 | José Richa | PR-3163/64 |

PTB

| | | | |
|------------------|------------|------------------|------------|
| Valmir Campelo | DF-3188/89 | Luiz A. Oliveira | PR-4058/59 |
| Jonas Pinheiro | AP-3206/07 | Marluce Pinto | RR-4062/63 |
| Lourenberg N. R. | MT-3035/36 | Carlos De' Carli | AM-3079/80 |

PDT

| | | | |
|---------------|------------|---------------|------------|
| Darcy Ribeiro | RJ-4229/30 | Magno Bacelar | MA-3074/75 |
|---------------|------------|---------------|------------|

PRN

| | | | |
|--------------|------------|----------------|------------|
| Aureo Mello | AM-3091/92 | Albano Franco | SE-4055/56 |
| Ney Maranhão | PE-3101/02 | Saldanha Derzi | MS-4215/18 |

PDC

| | | | |
|--------------|------------|--------------------|------------|
| Moisés Abrão | TO-3136/37 | Epitácio Cafeteira | MA-4073/74 |
|--------------|------------|--------------------|------------|

PDS

| | | | |
|-------------------|------------|-----------------|------------|
| Jarbas Passarinho | PA-3022/23 | Esperidião Amin | SC-4206/07 |
|-------------------|------------|-----------------|------------|

PP

| | | | |
|-------------|------------|-------------|------------|
| Meira Filho | DF-3221/22 | João França | RR-3067/68 |
|-------------|------------|-------------|------------|

PT/PSB

| | | | |
|-----------------|------------|------------------|------------|
| Eduardo Suplicy | SP-3213/15 | José Paulo Bisol | RS-3224/25 |
|-----------------|------------|------------------|------------|

Secretária: Mônica Aguiar Inocente

Ramais: 3496/3497

Reuniões: Quintas-feiras, às 14 horas

Local: Sala nº 15, Ala Senador Alexandre Costa _ Ramal 3121